



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

JULGAMENTO DE RECURSO

Objeto – Impugnação ao edital – Pregão Presencial n°. 107/2019

Recorrente – Renata Simoes de Lima.

Autoridade encarregada do Julgamento – Comissão de Licitação

RELATÓRIO

Renata Simoes de Lima, já devidamente qualificada, impetrou o presente RECURSO, questionando os itens do edital – PREGÃO PRESENCIAL 107/2019, vez que de acordo com o Recorrente, o mesmo não atende os requisitos legais, sugerindo mudanças no edital a fim de evitar futuras nulidades.

Por fim pede que o presente recurso seja considerado procedente, para que seja alterado o edital.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Como é de conhecimento da empresa Recorrente, no Termo de Referência do Edital impugnado, está previsto “restrição geográfica” para a localização de oficina mecânica que prestará o serviço ao Município.

Pois bem. Como bem esclarecido no TR do Edital, não se exigiu que a sede da empresa seja nesta cidade, porém apenas o local em que será prestado o serviço.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

Além disso, foram bem justificados os motivos de tal localização geográfica da oficina, e esclarecido que na comarca várias oficinas atendem o demandado.

Sendo assim, nada impede que a empresa Recorrente tenha o local acessível na forma do edital, pouco importando a sede da empresa.

Porém em se tratando de licitação para conserto de veículos leves, a urgência é um requisito essencial para que a frota do Município não pare e que a empresa ao mesmo tempo possa cumprir com o que foi contratado.

Lado outro, em caso similar, o TJMG já entendeu não ser limitante de competição a restrição geográfica imposta no certame. Vejamos:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS - EXIGÊNCIA DE QUE A CONTRATADA DETENHA OU INSTALE USINA EM LOCALIDADE PRÓXIMA AO CANTEIRO DA OBRA - LEGITIMIDADE DO REQUISITO EDITALÍCIO - FUMUS BONI IURIS - AUSÊNCIA - DENEGAÇÃO DA PROVIDÊNCIA DE URGÊNCIA

1. A lei possibilita a concessão de medida liminar quando for relevante o fundamento deduzido, e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida ao final (Lei n. 12.016/2009, art. 7º, inciso III).

2. O direito de uma empresa participar de determinada licitação sofre restrições na medida em que alguma exigência técnica seja indispensável para o bom cumprimento do contrato.

3. A regra editalícia que impõe que a usina de asfalto que será utilizada pelo vencedor do certame realizado pelo Município de São Gonçalo do Rio Abaixo esteja situada a menos de 60 km de distância das vias a serem pavimentadas, por se tratar de mera condição à habilitação técnica, não se apresenta desarrazoada ou ilegal. Inexistência de ofensa aos arts. 3º, § 1º, inciso I, e 30, § 6º, da Lei n. 8.666/93, porquanto não se trata de exigência referente à localização da sede da empresa contratada.

4. Possibilidade de o licitante apresentar uma declaração da empresa que será a responsável pelo processamento do Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), desde que respeitada a delimitação geográfica imposta.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

Requisito que atende ao princípio da igualdade e assegura o caráter competitivo da licitação.

5. Recurso não provido. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0572.15.003331-2/001, Relator(a): Des.(a) Áurea Brasil, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/06/2016, publicação da súmula em 12/07/2016).

Sendo assim, não há que se falar em restrição da competitividade, pois o requerido no edital se justifica em razão da economia aos cofres públicos, diante da necessidade de deslocamento da frota.

Não se trata de exigência desarrazoada e também não há violação ao princípio da igualdade, pois, embora a competitividade seja da essência da licitação, ela não é inteiramente livre, de modo que permite a imposição de determinadas regras que visem preservar o interesse público.

Portanto, a Impugnante não tem razão em sua impugnação, pois o interesse público deve prevalecer sobre o privado.

Considerando os fundamentos expostos, a restrição territorial se justifica neste contexto, na medida em que, de fato, a localização geográfica é indispensável à eficiente execução do contrato.

DA DECISÃO

Diante do exposto, nega-se provimento a presente Impugnação, tendo em vista os fundamentos lançados acima.

Monte Carmelo-MG, 10 de outubro de 2019.


ISCLERIS WAGNER GONÇALVES MACHADO
Pregoeiro